

«HÁ DOUTRINAS CUJO IDEAL SERVE APENAS E FUNDAMENTALMENTE DUAS ESPÉCIES DE HOMENS: AQUELES QUE NUNCA CONSEGUIRAM VENCER NA VIDA E OS QUE SE SENTEM FRUSTRADOS E INCAPAZES DE CONSTRUIR O SEU PRÓPRIO FUTURO».

F.

A VOZ DE



PORTE
PAGO

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 720

ANO XXVII

29/3/1979

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

COMEMORAÇÕES

DO 5.º ANIVERSÁRIO DO «25 DE ABRIL»

Na introdução à conferência da imprensa concedida pela Comissão Organizadora das Comemorações do Dia 25 de Abril do ano em curso, considerado «Dia da Liberdade», o seu presidente, o major Vasco Lourenço produziu, entre outras, esta afirmação:

«Se os rumos políticos nem sempre têm sido emoções directas e consonantes com a vontade da maioria do Povo Português, tudo se filia, essencialmente, na dificuldade de encontrar mecanismos adequados que traduzem, na prática, a concepção teórica da harmonia. Estamos certos, porém, que o edifício constitucional aprovado pelos representantes livremente eleitos pelo Povo Português, dará respostas adaptadas ao seu querer e ao sentir, possibilitando-lhe a correcta intervenção, cada vez mais consciente e cada vez mais construtiva.

Consolidada a liberdade e alicerçada a democracia, o Povo Português enfrenta a responsabilidade de equacionar e definir o projecto de sociedade que corresponda às suas aspirações e de realizar o Portugal do futuro, terra dos nossos filhos.

A Comemoração do 25 de Abril, símbolo da libertação do Povo

Português e marco fundamental na construção do regime democrático em Portugal, terá, portanto, que ser uma comemoração de todos, uma festa popular, uma participação colectiva, que demonstre bem a vontade do nosso Povo em jamais permitir a anulação das conquistas que essa data histórica lhe proporcionou».

A CRISE DO SISTEMA

— Por LUÍS PEREIRA

1 — EANES E A CONSTITUIÇÃO

As últimas semanas políticas apresentaram-se, infelizmente, mais graves. O Presidente falou quase de improviso. Fiel aos seus princípios de cumpridor intransigente da Constituição, Eanes não clarificou as suas ideias políticas. Eanes e a Constituição são uma (continua na pág. 9)

A PROPÓSITO do «Dia da Árvore»...

é sempre tempo de «arborizar»

A árvore, como todos nós sabemos também tem a sua data alusiva a que se chama o «Dia Mundial da Árvore».

Mais recentemente o «dia» mudou em «Semana Florestal», o qual já teve o seu curso de 14 a 21 de Março último.

Querará esta alteração dizer alguma coisa?

Certamente: o acréscimo da importância atribuído à árvore ou (o que vem a dar no mesmo) ao elemento florestal, já que nos problemas do ambiente, como factor regenerador da crescente poluição atmosférica, assume papel capital.

É ingente, portanto, contrabalançar o desequilíbrio ecológico.

Enquanto, assim, em dado sector esclarecido, a árvore é olhada com gradual estima, à medida que os seus méritos se avantejam a olhos vistos, noutros, de vinca influência social, a efeméride passa quase despercebida.

Mas isto não constitui regra geral.

(continua na pág. 2)

Ciclismo elege LOULÉ

para etapa final da VOLTA-79

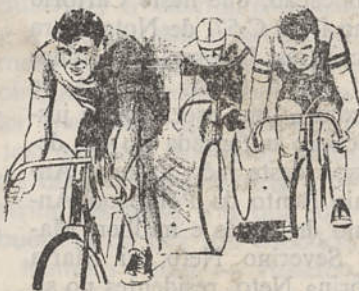
Agora, que por certo toda ou quase toda a imprensa diária deu, em «caixa alta» e em primeira mão, a notícia, deveras sensacional, de que Loulé seria o término da próxima Volta a Portugal em Bicicleta, cabe-nos a vez de nos associar a esse afã e conceder-lhe o merecido eco, que chegará a pontos porventura mais recô-

ditos, onde a grande imprensa não penetra. Essa será a nossa missão de órgão regionalista.

Mas ainda bem, e temo-nos de nos congratular, que Loulé andou nas manchetes e escapara dos matutinos e vespertinos de grande tiragem e que foi o Ciclismo que colocou esta Vila em foco e em posição de destaque.

Temos assim a lei da reciprocidade posta em equação, e que rende dividendos para Loulé, Loulé que durante um rol de anos sempre acarinhou e pugnou pelo desporto velocipedico, animando-o e incutindo-lhe sempre um generoso e desinteressado alento.

É-nos por isso duplamente grato salientar que «pela primeira vez na história da Volta, Loulé será final da mais importante prova do calendário velocipedico nacional», o que virá a constituir



enaltecedor galardão, justificado pela dedicação que esta Vila sempre nutriu pela modalidade.

Se o Ciclismo coroa Loulé, como etapa derradeira da principal competição velocipedica portuguesa; Loulé, por ser turno, não desmerecerá das suas prerrogativas e não deixará de corresponder da melhor maneira: a Volta terá uma consagração condigna!

ENCÂNDALO QUE NINGUÉM QUER VER

(LÊR NA PÁGINA 4)

Comissão Pró-Museu de Loulé

prepara-se para lançar a campanha de artesanato

Depois de ter reunido os seus membros, auscultando os seus pareceres e delineando as linhas de rumo que pautarão a orientação mais consentânea com os seus propósitos, a Comissão Pró-Museu de Loulé, de acordo com a aquiescência da Câmara Municipal, a quem naturalmente submeteu os seus projectos, resolveu lançar brevemente uma campanha de recolha de artesanato concelhio, do qual a região é fértil depositária.

O desígnio fundamenta-se no intuito de dotar o Museu de Lou-

lé de uma secção (entre várias outras de artesanato de genuína cepa e que, por assim dizer, é apanágio de veneráveis tradições mantidas ao longo dos tempos e passadas em testemunho, através de sucessivas gerações, até aos dias de hoje.

No concelho de Loulé, como se sabe, abundam vários tipos de artesanato que pela sua textura e urdidura apontam para remotas origens.

Demais, é possível reunir ainda hoje, num bem sortido mostruário (continua na pág. 4)

CONFIRMADO O III ENCONTRO DE JORNAIS ALGARVIOS EM OLHÃO

Após diversos adiamentos a que a organização (pertencente por louvável e voluntário desígnio ao quinzenário «O Sporting Olhanense») foi compelida, está confirmada a realização em Olhão, a 31 do corrente, do III Encontro de Jornais Algarvios.

Deve reiterar-se, entretanto,

que este «conclave» da Imprensa Algarvia, tem sido objecto de metódica preparação, avultando entre outros assuntos inscritos na agenda de trabalhos, o debate do projecto de estatutos que servirá de base para a criação de uma Associação Regional de Jor-

(continua na pág. 4)

O TRABALHO

— Factor predominante da Natureza e do Homem

O Trabalho está na origem da transformação e, da adaptação da natureza ao homem.

«ALGARVE MARINA»

— Nova Agência ao serviço do Turismo Algarvio

Instalada no Centro Comercial de Vilamoura, junto à Marina, vai entrar em funcionamento uma nova agência de turismo, intitulada «Algarve Marina», a qual contará com uma frota de 4 luxuosos autocarros de 49 lugares cada e 2 minibus.

Projecta esta agência, de Abril a Outubro, efectuar diariamente no percurso Vilamoura-Portimão-Vilamoura excursões de barco com capacidade para 70 lugares, dotado de discoteca e cadeiras reclináveis.

Novo código da estrada em perspectiva prevê agravamento das punições

Uma das novas medidas que vão ser introduzidas na legislação concernente ao disciplinamento do trânsito rodoviário diz respeito ao controlo alcoométrico. E ao

que tudo indica serão particularmente severas.

Nã serão para admirar, no entanto, dado o surto de funestos acidentes que têm enlutado as nossas estradas.

Assim, as autoridades policiais introduzirão em breve o controlo da referida taxa alcoométrica, sendo aos infractores e renitentes aplicadas penas elevadas.

Mediante a entrada em vigor dessas novas disposições processuais, relacionadas com a condução sobre o efeito do álcool, ficará determinado que qualquer condutor pode ser submetido ao exame de pesquisa do álcool, pelo ar expirado. No caso positivo, será impedido de prosseguir viagem e apresentado a análise laboratorial, que pode redundar em 12 horas de custódia.

Quem for encontrado a conduzir com uma taxa alcoólica superior (continua na pág. 9)

BREVEMENTE
Entrará em laboração
nova unidade fabril
em S. Brás de Alportel

(VER PÁGINA 10)

Reforma Agrária é tema controverso

O DR. DIAS COSTA responde à «Voz de Loulé»

(continuação do n.º anterior)

E, agora, três pontos mais sérios: o da destruição de árvores, o da azeitona por apanhar e o roubo dos rebanhos.

Eu não faço a mínima ideia se V. Ex.ª conhece o Alentejo. Não quero com isto dizer se já lá passou ou passou. Não, porque isto não chega. Pela maneira como fala das árvores, da azeitona e dos rebanhos eu sou levado a pensar que não conhece.

Previamente eu vou dizer-lhe, que acredito que algumas árvores tenham sido sacrificadas à ilusão de produzir mais trigo. Mas se tal aconteceu foi simplesmente porque tal prática já vinha de há muito — pelo menos de 1929 — sendo no latifúndio uma prática de rotina e os trabalhadores rurais que arrancaram largas centenas de milho (darei mesmo milhões) de árvores a mando dos latifundiários e que, por si, só sabem fazer a agricultura a que sempre estiveram obrigados e aprenderam por dever de ofício, ou seja por força da fome, terão cometido aqui e ali, onde, ainda o azinho se mostra mais basto, esse pecado: derrubar mais umas árvores. Mas isso nada é comparado com a destruição massiva que se vinha processando. De tal forma que o carvão vegetal que se empilhava nas estações, ao longo das vias férreas do Alentejo, era então e durante todo o ano a mercadoria que mais circulava. Foram milhares e milhares de hectares que ficaram totalmente nus. E posso garantir-lhe que não foi no interesse da nação portuguesa que tal monstruosidade se verificou. Foi sim no interesse dos senhores da terra que ganhavam, a curto prazo, por dois carris: vendiam as árvores transformadas em carvão por um preço chorudo e aumentavam, com grave prejuízo para o País, a «área de trigo» «ganhando» o subsídio que ia engordando com a utilização e generalização arbitraria das máquinas, agora possível, mas sem benefícios para o País. Esta prática agravou-se muito especialmente, nos confins de cinquenta e nos princípios de sessenta, quando a preocupação era deitar trigo à terra (e às pedras) para receber o apetecido subsídio mediante a declaração de sementeira. E foi o azinho que a lei protegia, mas só no papel, o sacrificado. Ora, eu, como já disse, não conhecia o vosso jornal. Mas vejo pelos dois exemplares que já me enviou (o último chegou há dois dias) que ele vai em vinte e sete anos de existência. Poderá esclarecer-me se lutou contra aquela criminosa prática que durante dezenas de anos se abateu sobre o Alentejo e sobre o País, empobrecendo-o,

dado que permitiu e provocou a erosão das terras e a destruição de cursos de água e contribuiu para o desequilíbrio do clima e para a redução do nosso armenio, uma vez que rompeu o equilíbrio ecológico pondo em risco de extinção ou fez extinguir mesmo, muitas espécies botânicas e reduzia drasticamente a produção de bolota?

Poderá esclarecer-me se gritou bem alto a exigência da punição rigorosa de arranque de uma única árvore que fosse? E olhe que as árvores arrancadas foram as vigorosas, as sádias porque as velhas e caducas não davam carvão com valor económico. Por outro lado eram as que mais fruto produziam. Quer dizer, eram aquelas que traziam um notabilíssimo contributo (sempre mal aproveitado) à produção de rações pois a bolota (eu quis dizer mesmo bolota) é um alimento de primeira ordem não só pela alta qualidade da carne que produz como para a manutenção de todas as espécies, desde o porco aos bovinos, passando pela ovelha, pela cabra, pelos equídeos até aos animais de capoeira. Posso até dizer-lhe que ainda houve uma tentativa séria de farinar a bolota valorizando-a imenso e facilitando a sua administração nas rações, e de salvar o azinho. Mas a desonestidade ou desequilíbrio de um pobre diabo que depois de conhecer a fome contraiu a mania das grandezas (e sempre sem dinheiro) fez abortar o projecto já depois de instalados creio que trinta e cinco equipamentos destinados àquele fim. Já ao tempo existia no Algarve e talvez exista ainda, mas farinando peixe, um desses equipamentos. O fabrico era de Beja depois da aquisição da patente em Espanha onde há instalações de farinação de bolota funcionando há longos anos.

E quanto à azeitona igualmente, V. Ex.ª, não tem vislumbres de razão. Faz uma acusação falsa. E fique sabendo, antes de mais, que sempre importámos azeite (azeite fino, de Itália) para as conservas de peixe. Não era portanto uma importação determinada pela falta de quantidade mas pela falta de qualidade. A importação por falta de produção é por essa que V. Ex.ª acusa os trabalhadores da reforma agrária começou depois de cinquenta. Quer dizer logo que, terminada a guerra mundial, se abriu o caudal emigratório. Portanto a responsabilidade já vem de trás. E V. Ex.ª cujo jornal já existia levantou, sequer, o problema? Creio que não. Mas hoje, sem fundamento, vem acusar os rurais de deixarem a azeitona por apanhar. Mas sabia que já há mais de vinte anos as populações da margem esquerda

do Guadiana (e outras de outros pontos do País) se queixavam de os latifundiários não mandarem apanhar a azeitona? Concretamente, sabia que no olival de Machados (Moura) — é só um exemplo — que era então e talvez o seja ainda hoje, o maior olival do Mundo, a azeitona ficava, pelo menos parcialmente, por apanhar, por não interessar ao proprietário (ou proprietários) a apanha? E que o mesmo acontecia com o figo? É que era mais cómodo e talvez mais rendoso, deitar o gado ao olival e ao figueiral. Meia dúzia de pastores e porquinhos resolviam o problema. Diziam, eles, os patrões: «o que não vai ao celeiro vai ao fumeiro». E o que não era apanhado nem comido pelo gado, era enterrado. No entanto se alguém, levado pela necessidade, entrasse nos muitos milhares de hectares de Machados para apanhar alguma azeitona ou uma mão cheia de figos logo tinha a lei e as forças repressivas a dizerem-lhe (?) que não podia ser. Que havia dono. E, sabe-se, foi prática corrente no País não apanhar os frutos (a azeitona) nos anos de contra-safra. E hoje, não obstante o preço compensador do azeite, há zonas do País onde a falta de mão de obra e a ausência dos proprietários (pequenos) no estrangeiro obrigou não só ao abandono anual da azeitona sobre a terra mas levou à destruição de muitos olivais por falta de tratamento e invasão dos matos. Além do que, muito olival, tem sido arrancado para instalação de outras culturas. Depois, como pode V. Ex.ª responsabilizar os trabalhadores da reforma agrária pela importação de azeite se as zonas do país que não estão sujeitas à lei da reforma agrária sobrelevam em extensão e produção, largamente, à produção do Alentejo e da zona ribatejana sujeita àquele lei? Outra acusação feita por V. Ex.ª, Senhor Director de «A Voz de Loulé», à reforma agrária é do roubo de rebanhos. Confesso que não alcanço bem o que visa. E se pretende afirmar pura e simplesmente

(continua na pág. 6)

Localização da Universidade do Algarve

Da Câmara Municipal de Faro recebemos o comunicado que a seguir reproduzimos e que se reporta à localização da Universidade do Algarve:

COMUNICADO

Alguns municípios de Faro têm manifestado junto desta Câmara Municipal estranheza por, tendo empreendido outros municípios, como Silves e Olhão, diligências no sentido de vir a ser localizada a Universidade do Algarve nos limites dos respectivos territórios concelhios, ter a Câmara Municipal de Faro marcado uma posição de silêncio.

Cumpramos esclarecer:

a) A Câmara Municipal de Faro sabe que o texto da Lei aprovada na Assembleia da República, no seu art.º 1.º, n.º 1 fixa a sede da Universidade do Algarve em Faro, como se transcreve: «é criada a Universidade do Algarve, com sede em Faro».

b) Na conformidade, revestiria aspecto quixotesco ter as armas do Município de Faro pela instalação da Universidade de Faro, atento que o texto legal aqui a fixa;

c) É certo que o número 2.º do art.º do texto legal aprovado prevê que a Universidade possa abrir estabelecimentos noutras localidades;

d) Daí que todas as diligências feitas por outras localidades ou autarquias apenas possam condicionar ao texto do n.º 2 do art.º 1.º citado, isto é, a abertura de estabelecimentos fora da sede universitária;

e) Entendido fica que a Câmara não seguiu o exemplo de outros municípios por tais diligências já estarem prejudicadas pela fixação legal da Universidade do Algarve em Faro.

Faro, 7 de Março de 1979.

O Presidente da Câmara,
Joaquim Lopes Belchior

ESCÂNDALO QUE NINGUÉM QUER VER

Neste país paupérrimo de autarquia, pedinte por vício, rico de incompetências, doente por vocação (?), profissionalizado em Política, abastado de fazedores de nada, empurra-se ou tenta-se encontrar como último recurso mais e mais impostos.

Impostos que, se a uns se exigem com toda a lógica, já que os cofres do Estado terão sem dúvida de ser alimentados por todos nós, a outros, os mesmos impostos são escandalosamente perdoados, pelo sistema da cegueira voluntária.

Passa-se isto em Quarteira com a fuga aos impostos, por parte de alguns pescadores que, vendendo o pescado à saída do barco, directamente aos compradores que o compram, por norma com 5/6 escudos menos em cada quilo, utilizando (no dizer de muitos) balanças viciadas, que se encarregam de subtrair 2/3 quilos em cada pesada.

Feitas as contas, dirá o leitor, qual a vantagem para tal proce-

dimento? Exacto, é aqui precisamente que vamos encontrar, segundo opiniões colhidas, o duplo escândalo. Estas traficâncias, são normalmente praticadas por retornados. Estes, e suas famílias, recebem o subsídio de desemprego. Ora, aí está, bem entendido que embora tal subsídio seja pequeno, não convém perdê-lo, como não convém fazer qualquer desconto, para que a meada não seja descoberta. Mas para que a peça seja melhor composta, acontece ao que parece, que também alguns desses senhores, lhes foi emprestado dinheiro, para a compra de barcos e respectivos apetrechos.

Sinceramente a ser verdade tudo isto, só nos resta acreditar, que tudo isto se passará como recompensa de uma defeituosa descolonização. Mas será caso para perguntar até quando este estímulo e gratidão poderá perdurar? Dada a atenciosidade entre nós, da fuga ao fisco, é possível que num futuro a curto prazo, a maioria dos outros pescadores, se sintam tentados a não levar o seu pescado à lota, como aliás já acontece na época das lutas, em que mais de metade são vendidas directamente, sem pagamento de impostos.

Em boa verdade, 2 por mil de imposto de selo, 2% para seguro da tripulação, 4% para vendas, 10,6% para a Previdência, menos de 18% na totalidade, o que fica muito à quem, do que normalmente é descontado noutros casos para a Previdência, Fundo de Desemprego, etc.. Depois de tantos anos esquecido, o pescador de hoje tem praticamente as mesmas garantias de qualquer trabalhador de outras classes.

Tal como abono de família, assistência médica e medicamentosa, subsídio de velhice (reforma) etc.. Basta-lhe efectuar uma venda em cada mês na lota, para ter direito a tudo isso, havendo até casos em que uma venda de 200\$00 num mês cujos descontos não atinjam quatro dezenas de escudos, é o suficiente para mais de um milhar de escudos de abono de família, as necessárias consultas médicas e medicamentos.

Tudo isto está certíssimo, quando o pescador não pode ir ao mar, por doença ou mau tempo. Mas fugir aos impostos, beneficiando os intermediários, contribuindo para o empobrecimento de uma previdência que no futuro só lhe poderá pagar uma reforma de miséria, porque os descontos mais não lhe permitem! Não! Não será assim que edificaremos o futuro que ambicionamos.

A. G.

Confirmado o III Encontro de Jornais Algarvios

(continuação da pág. 1)

nais, e bem assim, eventual apreciação e votação do respectivo regulamento.

O programa-horário elaborado prevê os eventos seguintes:

— As 9 horas concentração dos delegados dos jornais e convidados no átrio do edifício dos Paços do Concelho;

— As 9.15 horas, recepção os delegados e convidados no salão nobre dos Paços do Concelho, onde o presidente da Câmara Municipal dará as «boas-vindas»;

— As 9.30 horas, passeio em auto-carro e automóvel pela vila, visitando especialmente empreendimentos turísticos, obras em curso no sector da habitação social e o Porto de Olhão;

— As 11.45 horas, visita às modernas instalações industriais da Companhia Portuguesa de Sal Higienizado (salexport), onde será oferecido pela gerência um «aperitivo» aos visitantes.

Comissão Pró-Museu de Loulé

(continuação da pág. 1)

de feição peculiar e inconfundível, obras de cobre, de palma e esparto, olaria e correeiros.

E, nesta amálgama artesanal, a diversidade é de facto prodigiosa e de tão estimável valia que faz jus à recolha num Museu, que faça parte integrante do seu património e que esteja sempre em exposição permanente.

A Comissão pró-Museu, com os olhos postos nestes desideratos que lhe são caros, e são comuns a todos nós, propugna pois encetar um movimento tendente a congregar a boa vontade e a compreensão dos artesãos, produtores e de todos aqueles que podem contribuir para a conversão deste objectivo.

Pretende a Comissão, como é óbvio colaborar com o Município no sentido de criar um Museu, mas este não poderão confinar-se apenas ao imóvel que lhe

dará abrigo e que lhe servirá de invólucro. Terá de possuir o seu echeio próprio, os seus valores existenciais, isto é, o seu património.

Por isso, antes que o Museu descerre as suas portas, há que dotá-lo, pelo menos com um mínimo representativo, digno de interesse e de atenção.

Este é o trabalho preliminar a que se devota presentemente a Comissão pró-Museu, e para o qual conta com a aderência e apoio de toda a população, em especial de todos aqueles que estão verdadeiramente receptivos à causa cultural.

Em devida oportunidade a Comissão Pró-Museu, dará público conhecimento do seu programa de acção que não só envolverá a sede do Concelho, mas todas as freguesias a ele pertencentes e que constituem fulcros produtores de artesanato.

J. C. Viegas

BRAZÃO & MORGADO, LDA.

COMPRA — VENDA E TROCA DE AUTOMÓVEIS

Av. José da Costa Mealha, 93 — LOULÉ

Agora com stand de exposição e vendas na

(Antiga adega Neves & Irmão, Lda.)

ERA UMA VEZ...

— 17 —

Era uma vez um pombal, que tinha começado pequenino, mas em que as pombas foram crescendo e se foram multiplicando de tal modo que era um regalo para os olhos vê-las esvoaçar contentes pelas redondezas. Às vezes, chegavam mesmo a cobrir os ares de modo a lançar sobre a terra um manto de sombra.

Como elas eram amigas umas das outras! Como se ajudavam mutuamente! Atraídas até por esta atmosfera de amizade, pombos perdidos de outros pombais vinham asilar-se neste, onde eram sempre recebidos com toda a caridade.

Mas, infelizmente, também de quando em vez, alguma pomba se afastava do pombal, por dá-cá-aquela-palha, por amuos que não tinham razão de ser. E também não faltaram, infelizmente, casos graves de rebelião e malvadez, em que algumas tiveram de ser lançadas fora, a bem da paz doméstica.

Estas pombas, tornadas bravas, lá andavam por fora, mais azedas umas vezes, outras até sentindo alguma saudade da vida que tinham levado no pombal.

Duas grandes debandadas ficaram a ensombrar mais a história do pombal: a primeira para os lados do nascer do sol, a outra para norte e poente. Tanto num caso como no outro, o abalo causado foi enorme. Os pombos-chefes fizeram o que souberam (talvez não fosse tudo, mas não viram jeito de fazer melhor) para evitar a debandada. Tentaram depois muitas vezes promover o regresso de todas essas pombas. Um dia pareceu que as do nascente vinham todas em bando, abriu-se a porta, entraram, houve grande festa... mas, pouco depois, abalaram de novo. Tinham apenas tido medo do gavião. E o pior é que lhe caíram nas garras. Apenas de quando em quando, alguma pomba isolada (raramente duas ou três ao mesmo tempo) voltaram para ficar.

Doiam-se daquele afastamento e divisão as pombas do pombal. Um dia, juntaram-se todas em conselho e resolveram enviar mensageiras a todos os pequenos bandos dispersos, convidando-os, mansamente, carinhosamente, humildemente, a voltarem.

Chegaram mesmo ao ponto de lhes dizer que lhes pediam perdão de qualquer motivo de ofensa que lhes pudessem ter ocasionado. Que voltassem ao pombal, onde todas sentiam a sua ausência, onde todas as queriam abraçar com alegria de irmãs reencontradas.

Algumas, não muitas, recusaram terminantemente o convite. Estavam bem assim e se as outras tinham saudades delas, que abandonassem o pombal, como elas tinham feito.

Outras, muito menos, uma a uma regressaram e foram irmanamente recebidas.

É também verdade que as hou-

ve que, vindo já a caminho, pararam, à espera que houvesse um regresso universal, em que gostosamente se incorporariam, e acabaram por não chegar, e até voltar atrás.

Houve até algumas que vieram dar o abraço às irmãs perto do pombal, algumas até mesmo entraram a tomar uma refeição em comum, mas depois, voltaram aos seus poisos lá de fora, dispostas a preparar o regresso de todas as pombas.

Mas o maior número ouviu com certa admiração, às vezes mesmo com alguma palavra de simpatia, a mensagem de reconciliação.

— Achamos muito bem que nos unamos. Fazemos mesmo muitos votos ao céu para isso. Mas temos queixas.

— Estamos dispostas a pedir perdão de todos esses motivos de queixa e a satisfazer-vos na medida em que nos for possível.

— Mas, se quereis a conciliação, porque havemos de ser nós a voltar para o pombal e não haveis de ser vós a vir para onde nós estamos?

— É no pombal que estão os nossos chefes, sobretudo o nosso chefe principal a que o dono do pombal nos mandou que obedecêssemos como a Ele próprio — bem o sabeis porque lestes o regulamento que ele nos deu quando lá estáveis, e até o trouxestes convosco, ao sair do pombal. Lá no pombal temos tudo quanto nos faz falta e aqui a penúria é grande...

— Não sentimos penúria e a prova é que ainda não morremos de fome.

— Mas, e a vontade do nosso dono e o regulamento que ele nos deu?

— Esse, cá o entendemos a nosso modo.

E foram poucas, muito poucas, as que responderam ao apelo de voltar. E infelizmente também não faltaram as mensageiras que condescenderam com as exigências das reticências exorbitantes das propostas conciliatórias que lhes tinham sido entregues e, às vezes, até fazendo tábuas rasas de disposições importantes do regulamento estabelecido pelo dono do pombal.

— Mas também as houve fiéis e diligentes, prudentes e perseverantes, que lucraram a alegria de convencer as pombas separadas ou de, ao menos, poderem voltar a dar a notícia de se esperar para breve a reconciliação.

A fábula retrata-nos, duma forma talvez mais optimista do que aquela que a realidade até hoje justifica, o problema candente da divisão dos cristãos e dos esforços realizados para a sua reconciliação.

O longo da história, a Igreja Católica, principalmente nos grandes Concílios, não cessou de promover esta união.

Mas foi principalmente neste século que o movimento ecuménico lançou raízes, chegando a interessar as confissões separa-

das, tanto orientais, como ocidentais. O Oitavário para a Unidade dos Cristãos é disso prova palpável. Zelo não tem faltado da parte de muitos católicos, de certos orientais e até de alguns protestantes.

Mas os resultados práticos, até hoje, não parecem ter sido muito animadores. Regressos em massa, nenhuns; individualmente, bem poucos. E das defecções, não direi nada dos que, imprudentemente, sem cultura e, sobretudo, sem oração, se têm oposto a «brincar» ao ecumenismo, surdos às regras da Santa Sé e dos Bispos, são para lamentar e para nos levarem a muita prudência na actuação.

Mas não percamos a esperança. A obra virá a dar os seus frutos no momento que o Senhor marcar.

Roguem ao Senhor da seara que essa hora se aproxime. Rezamos-lhe também pelos que trabalham na reconciliação dos cristãos, para que acertem nos melhores caminhos a seguir, para que sejam fortes na fé, perseverantes na oração e egrégios na caridade e zelo.

J. C.

Execuções na União Soviética

O académico dissidente sr. Andréi Sakharov anunciou que vai observar «simbolicamente» uma greve de fome em sinal de protesto contra as condições em que decorreu o julgamento dos arménios mandados executar pelo regime soviético.

Sakharov anunciou a sua decisão pouco depois de a agência noticiosa «Tass» ter divulgado a execução do dissidente arménio Setepaul Zatikian e de dois dos seus cúmplices, acusados de haverem feito explodir, em 8 de Janeiro de 1977, uma bomba no metropolitano de Moscovo.

O prémio Nobel da Paz afirmou que, contrariamente às informações oficiais, as audiências do Supremo Tribunal da URSS que proferiu as condenações à morte não foram públicas acrescentou: «Nem sequer a mulher pôde assistir ao julgamento».

Sakharov afirmara anteriormente que, segundo amigos de Zatikian, este não se encontrava em Moscovo no momento do atentado, que teria provocado vários mortos e feridos.

APELO

Assinalando o 40.º aniversário do escritor dissidente soviético Eduard Kuznetsov, a comissão internacional que defende a sua libertação dirigiu em Paris um apelo à opinião pública para que seja restituída a liberdade ao autor do «Diário de um condenado à morte».

CANTINHO DO LEITOR

Gente Algarvia

Algarve, terra mourisca,
De lindas moças trigueiras,
Entre elas encanta e brilha
A flor das amendoieiras.

Terra de dançarinos,
De harmónios a tocar,
Quando toca o corridinho,
Ninguém mais pode parar!

Há alegria desmedida,
Nesta gente do povo,
Quando toca o corridinho,
Dança o velho, dança o novo...

Não há gente mais alegre,
Que esta gente algarvia,
Que é capaz de dançar,
Toda a noite, todo o dia!

Ameixial, Março de 1979

TEREZA DE JESUS L. VIEGAS

Dr. Ofélio Máximo de Oliveira Bomba

Faleceu há dias em Faro, o nosso conterrâneo e dedicado assistente sr. Dr. Ofélio Máximo de Oliveira Bomba, médico veterinário, em Olhão, que contava 63 anos.

O saudoso, extinto, que era muito estimado pelas suas qualidades pessoais e profissionais e colaborou activamente em obras de interesse formativo e social, era filho da sr.ª D. Maria da Glória Costa Oliveira Bomba e do sr. José Vieira Bomba (já falecidos) e casado com a sr.ª D. Maria Augusta Coelho da Costa Oliveira Bomba; pai da sr.ª Dr.ª D. Maria Ofélia Oliveira Bomba Janeiro Borges, médica em Lisboa, casada com o sr. eng.º António Rafael Janeiro Borges, prof. da Universidade Nova, e do sr. Dr. Jorge da Costa Oliveira Bomba, médico veterinário, em Tavira; irmão das sr.ªs Dr.ª Mariete Mercês de Oliveira Bomba e Garcia, viúva do sr. Dr. Alvaro Augusto Garcia, e D. Maria da Glória Oliveira Bomba Leitão, esposa do sr. Dr. Silvino Augusto Leitão, professor do Ensino Liceal, e do sr. eng.º José Vicente Oliveira Bomba, casado com a sr.ª D. Maria de Lurdes Brito da

Costa Bomba; avô de Pedro Oliveira Bomba Janeiro Borges e João Oliveira Bomba Janeiro Borges.

O funeral realizou-se da igreja de Santo António dos Capuchos para o cemitério de Boliqueima. A família enlutada apresenta os sentidas condolências.

Novo código da estrada em perspectiva prevê agravamento das punições

(continuação da pág. 1)

rior a 1,5 gramas por litro de sangue (ou apresentar comportamento manifestamente influenciado pelo álcool) sujeitar-se-á a pena de prisão até um ano.

Se a taxa for 0,8 gramas por litro, a condenação irá até 3 meses.

Serão obrigatórios os exames quando ocorrerem acidentes dos quais resultem mortos ou feridos.

No caso de homicídio, se o condutor responsável estiver sob a acção do álcool, deverá ser condenado a prisão de 1 a 3 anos.

Os motoristas que sejam judicialmente declarados alcoólicos habituais serão impedidos de conduzir por períodos de 6 meses a 3 anos, renováveis até cura comprovada.

P. T.

II TORNEIO DE TÊNIS DE PROFISSIONAIS DE TURISMO

De 30 de Março a 1 de Abril vai decorrer nos «courts» do Dom Pedro Hotel, em Vilamoura, a 2.ª edição do «Torneio de Ténis Dom Pedro — AVIS para profissionais de turismo».

A competição, que será disputada em singulares homens, pares senhoras e pares homens, é aberta a todos os profissionais de turismo, agentes de viagens e companhias aéreas.

Estão em disputa 10 troféus e outros prémios, os quais serão distribuídos no decurso do cocktail «Caves Dom Teodósio» a realizar no dia 1 de Abril, pelas 20 horas. O centame tem o patrocínio da Comissão Regional de Turismo do Algarve, Lusotur, Avis (rent-a-car) e Dom Pedro Hotel.

COMUNICAÇÃO

Aos pais dos alunos da Escola Secundária de Loulé, se comunica que vão ser-lhes remetidas circulares subscritas por elementos eleitos da Comissão Directiva da futura Associação de Pais e Encarregados de Educação, convidando-os à sua inscrição como sócios, mediante a quotização mínima de 100\$00 anuais.

Pela Comissão Directiva
Manuel Bota Filipe Viegas

APARTAMENTO

Vendem-se apartamentos de 3 assoalhadas, situados próximo do Liceu de Faro, (frente à mata) prevendo-se a sua conclusão até Setembro ou antes. Tratar com o próprio: Manuel B. Filipe Viegas — Vale d'Éguas — Almansil — Telef. 94115.

(2-1)

TERRENOS

ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/ CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDE: JOSÉ VIEGAS BOTA — R. SERPA PINTO, 1 A 13 — TELEF. 62634 — LOULÉ.

Reforma Agrária é tema controverso

(continuação da pág. 4)

mente que os rebanhos existentes nas herdades expropriadas foram expropriados com elas, então a resposta já acima lhe demos quando lhe apontámos a Constituição. Se quer inculcar que foram furtados à nação por diminuição e destruição deles, os rebanhos, então eu digo-lhe que hoje há muito mais gado que havia em 25 de Abril de 1974. No que respeita a cabras e bovinos, o aumento dos efectivos é tão notório que é impossível deixar de constatar quando se atravessa o Alentejo de lé a lé. E, quanto às ovelhas, se a simples constatação da existência dos rebanhos lhe não bastar então sugiro-lhe que visite as feiras de queijo da Vidigueira e do S. João, em Évora (bastam estas) para se certificar de quanto afirmamos pois os fabricantes e vendedores de queijo melhor que ninguém lhe poderão dar conta da situação. Já agora e porque vem mesmo a talhe de foice (sem martelo, claro) falemos da famosa importação de palha e de trigo. Se V. Ex.ª tem algumas noções, ainda que limitadas, do que seja o trigo, forçosamente há-de saber que em Portugal, além de poucas terras haver adequadas à cultura do trigo, não temos, na região onde tal cultura se pratica em foros de predominância, clima que lhe seja propício. Podemos contar pelos dedos de uma só mão e creia que sobejam alguns, as searas de trigo (e dos companheiros dele) que neste século (os outros esquecêmo-los) deram ao País algum lucro. Ao País, repare. Não a este ou àquele lavrador — sem que esteja em causa o preço do cereal que nunca, por nunca ser, devia ser aumentado. É certo que neste caso do trigo V. Ex.ª procura habitualmente tomar a dificuldade, de que logo se deu conta e por isso diz «já importamos mais trigo que nunca». Concretamente. Quando eu era menino da instrução primária Portugal tinha cinco milhões e meio de habitantes. Hoje tem mais de nove milhões. Isto só por si explica um aumento crescente da importação e exige que se faça a reforma agrária. Mas também o explicam a degradação das terras e as absolutas técnicas de cultivo que só uma reforma agrária pode destruir e substituir por processos novos que permitam, em primeira via, a reconstrução das propriedades físicas da terra. 8 milhões de contos! Mas a grande razão da importação de trigo que nunca deixaremos de fazer (e não ser que passemos a comer milho e arroz, o que é aconselhável,

pois para estas culturas temos clima óptimo e terras capazes, sendo certo que dispomos de água) é exactamente e sobretudo a falta de clima para o produzir. E já, agora, fica V. Ex.ª, a saber outra coisa. Além das razões apontadas há outra: hoje há muita gente a ministrar trigo ao gado como ração. É que um quilo de trigo custa menos que um quilo de aveia ou de milho, não só em números absolutos como pelo valor alimentar superior que representa. Isto é uma verdade que o senhor, aqui no Algarve confirmará facilmente. Pergunto, a V. Ex.ª, quantas vezes já levantou a voz no seu jornal apontando o erro crasso que é a cultura do trigo entre nós e mostrando ou-

tras soluções para a angariação do nosso pão? Porque não pediu veementemente a proibição da cultura do trigo? Pelo menos em quatro quintas partes da terra onde ele é semeado? Associação ao problema do trigo e como corolário dele vem o problema da palha. Se a seara é má, não o é só no grão, é-o também na palha. É certo que já exportámos, infelizmente, palha mas tal deveu-se não só à excessiva produção mas sim e antes à inexistência de gado (bovino) sobretudo da raça turina e de engorda que a consumisse. V. Ex.ª também deve saber que só recentemente se acentuou notoriamente o efectivo leiteiro e de abate. Até há poucos anos atrás só havia bois de

corneira que, hoje, na zona produtora de palha desapareceram. Por outro lado, agora, em Portugal muita palha que deliberadamente fica na terra para ser enterrada nas revoltas (lavours de charrua) e com a preocupação de dar à terra alguma matéria orgânica (embora pobre) que, melhor a estrutura da mesma. E outra é queimada para recuperação de certos elementos fertilizantes. Depois disto, V. Ex.ª, ainda responsabiliza a reforma agrária pela falta de trigo e de palha? Já discutii no seu jornal o problema das farragens verdes sem as quais não pode haver pecuária rica ou ao menos equilibrada?

e os do P. C., poderá verificar que estes preenchem o tempo com lengalengas para não responderem às perguntas que lhe são postas.

Por mais que o «Dr. bexiga» disfarce, ainda que seja com acusações a Cunhal, o seu afecto aos perturbadores da paz e da harmonia social, da Justiça, da verdade e do progresso dum Portugal para todos os portugueses, não consegue negar aquilo que os seus actos revelam que é.

Eu não o conheço; mas sei quem é, e direi em qualquer parte quem é.

O sr. «Dr. bexiga» é que não me conhece e não sabe dizer quem sou.

A sua lengalenga pinta-o, retrata-o; pois não responde às questões que apresentei na minha carta publicada neste jornal de 8/2/79, e somente a resposta a estas questões interessam a portugueses.

E foi para a resposta a essas questões que eu fiz o desafio à molhada dos juristas que publicaram o manifesto contra o Governo Mota Pinto e de comunhão com a campanha dos comunas que então principiava e que foi alaistrando até à manifestação do dia 17 do corrente. E que continuará porque outra coisa não fazem os comunas enquanto não se levantar o país inteiro com uma única manifestação que lhes diga: basta!!!

No próximo número continuarei porque o «Dr. bexiga», nada tendo a dizer, obriga-me contudo a falar (escrever).

Neves Anacleto

COMPRO

Ouro, pratas, relógios de bolso antigos e moedas. PA-GO BEM.

Ouvidesaria Dinis — Telf. 65527 — QUARTEIRA.

(12-10)

CARIMBOS

Executam-se na GRÁFICA LOULETANA

Rua Marechal Gomes da Costa Telf. 62536 — LOULÉ

A RESPOSTA ESPERADA

(I)

Falando da minha carta publicada em 8/2/79 na «Voz de Loulé», explica o «Dr. bexiga» que se o leitor não vir neste jornal a sua resposta àquela que inevitavelmente eu lhe daria, diga que ele morreu ou nasceu pela contundência da sua própria resposta.

Espero que o «Dr. bexiga» não se suicide e que evite a repugnância que lhe causa a sua própria prosa, usando qualquer desinfectante antes de pegar na caneta, e talvez assim possa ainda comer com apetite o pão com manteiga, que aprecia tanto e satisfaz a gula de qualquer bom burguês.

Mas, se perder o temor à «contundência» e tiver de morrer pela ousadia, fique lá no céu descansado que eu não costumo bater em mortos.

Isto vem a propósito do final da carta a que estou respondendo, pois nego-me seguir a ordem da interlocução iniciada por qualquer bexiga.

Vamos, pois, acompanhar, de princípio para o fim, os raciocínios do «Dr. bexiga», embora possam dizer-me que «bexiga» não tem a função de raciocinar. Sigo o meu caminho.

Disse o «Dr. bexiga»: «Penso que a molhada de juristas sabe, como o «dr.» Anacleto que a sanção é elemento essencial da norma jurídica. Mas quando esta se opõe às convicções de um «povo» (e é o dr. Anacleto que o diz) há qualquer coisa que está mal e tem de ser corrigida, ou naquela norma, ou nestas convicções ou em ambas as coisas. Importa então, antes de proceder ao genocídio, efectuar as necessárias correcções».

Para já, nega-se o recheio do parêntesis (e é o dr. Anacleto que o diz). Onde foi que eu disse tal?

O «Dr. bexiga» delira. «Importa então, antes de proceder ao genocídio, efectuar as necessárias correcções».

Continua o delírio do «Dr. bexiga», pois não falei em genocídio nem falei de mortes ou de torturas.

«Para retratar realmente a situação do que se passa na zona da reforma agrária, precisa a hipótese da penhora, posta pelo heróico censor da «molhada de juristas», de uma correcção que este, adrede, emitiu».

Perceberam?

Mas eu não emiti adrede, nenhuma correcção...

Onde foi o «Dr. bexiga» descobrir tal?

E quem faz tal correcção que eu não emiti?

Será que essa correcção vem no parágrafo seguinte ao período que se transcreveu? Vejamos:

«Com efeito, temos de ponderar que o dono da casa (e o dono da casa na metáfora é o P. C. P.) em vez de usar directamente o cacete, entregou uma espingarda a um filho de doze anos que, devidamente instruído, desfechou um tiro no meirinho...».

Estará aqui a correcção? Estará a correcção no parêntesis (o dono da casa é o P. C. P.)?

Mas não foi minha intenção figurar o P. C. P. como dono da casa; isto é uma fantasia, adrede preparada pelo «Dr. bexiga»:

«um tiro no meirinho quando esta, cumprindo o mandato, tentava proceder à penhora. E agora «quid juris», sr. «dr.»?»

Quid juris? O menor de 12 anos seria absolvido ou, quando muito, seria internado numa casa de correcção se a houvesse; mas o pai, o mandante, seria condenado como autor moral do crime se não o fosse como autor material uma vez que se serviu de um seu filho menor para a prática do crime.

Todavia o grande bexiga, diz: «Já se sabe: na sua (na minha, segundo interpretação bexigosa) o juiz manda matar, esfolar e fritar o garoto; quanto ao pai, ao invés, ordena que saia em ombros pela porta grande!»

Eis a exegese da lei e da moral que o «Dr. bexiga» me atribui, como se eu fora um comuna, como se eu fora qualquer bexiga.

Há cerca de cinco anos, no princípio do advento do 25 de Abril, um celerado comuna, chamado José Diogo, assassinou, no Baixo Alentejo, o seu patrão, um velho de oitenta anos.

A propósito deste torpe assassinato, o jornal comuna «A Roda», distribuído pela «Alavanca», jornal da Intersindical, relatava o incidente nestes termos:

«Porém, José Diogo, consciente de que neste país não têm mais lugar latifundiários, nem capitalistas exploradores do sangue e do suor do nosso povo, exigiu explicações assim como o seu direito ao trabalho. Mas, saudosos dos tempos de outrora e não ainda muito distantes, essa sanguessuga dos trabalhadores, como explicação insultou e esbofetou um honrado trabalhador, que numa demonstração mais do que firme de que nesta terra não têm lugar os latifundiários ou capitalistas logo ali e por suas mãos fez justiça matando o patrão explorador».

«...e esbofetou...» como se um velho de oitenta e tal anos tivesse forças para esbofetear um homem, ou antes, uma fera de trinta e tantos anos.

Sucedeu que marcado dia no tribunal de Castro Verde, para julgamento do assassino, o juiz não se atreveu a efectuar o processo foi remetido para o Comar-

ca de Lisboa. Mas aqui, o furor comunista fez tremer os juizes, e o processo foi enviado para o tribunal de Tomar a fim de se fazer um julgamento livre da pressão da cambada de malfeteiros.

Aqui, marcado o dia do julgamento, compareceram os juizes; mas quando estes chegaram ao tribunal já nele se procedia a julgamento do criminoso, efectuado por uma multidão constituída por celerados procedentes de vários pontos do país.

José Diogo foi absolvido pela fauna do crime e transportado nos seus ombros pelas ruas da cidade, sendo condenada a vítima do crime.

Só recentemente, há cerca de seis meses, o tribunal regular julgou e condenou o criminoso que ainda não pôde ser preso por andar escondido e protegido, como troféu glorioso, pela banditagem que enxameia o nosso país.

Pelos vistos, o «Dr. bexiga», ao lembrar-se deste episódio da nossa história recente, quis atribuir-me o conceito moral e jurídico daqueles que ele defende em espírito e de corpo ausente, quando escreve:

«Já se sabe: na sua o juiz manda matar, esfolar e fritar o garoto; quanto ao pai, ao invés, ordena que saia em ombros pela porta grande.»

Se os leitores estiverem atentos aos debates que na televisão amidiu se verifica entre representantes de outros partidos políticos

Vende-se

Quinta rústica com grande pomar de frutas várias e 6 500 m2 (cercada de muro). Abundância de água do rio/barragem e poço, situada em Enxarim (a 1 Km de Silves), denominada Horta Poço do Arado. Tratar no próprio local ou pelo Telf. 2103489 — ALGÉS.

(3-2)

INDÚSTRIA HOTELEIRA

Temos stock de:

CUTELARIAS — AÇO INOX — ALUMÍNIO FORTE E FUNDIDO

LOUÇAS — VIDROS — PAPÉIS

PANELAS PRESSÃO INDUSTRIAIS — LOUÇA EM FERRO

FRANCISCO J. MENDES LIMA

Exposição no Sul: R. Condestabre, 28 — QUARTEIRA

OLHE O PERIGO DE FRENTE!



Na estrada caminhe sempre pelo seu lado esquerdo

circular e viver

Quem colhe dividendos da cizania política?

Jogar na Bolsa requer percepção afinada, que não só fartura de cabedais.

Correntemente, não joga quem quer, mas quem em negócios de flutuações e oscilações de valores é reconhecidamente competente... quando não o baldão ou trambolhão seria certo, a menos que o factor «lotaria» funcionasse como mediador.

Mesmo assim o percalço não está fora das hipóteses.

O jogo político tem semelhanças, mas é infinitamente mais delicado.

Quantas vezes os «corretores» políticos apostam nesta e naquela opção, nesta e naquela estratégia, e, quando tudo faria supor encarecido para uma auspiciosa colecta, descamba num completo malogro?

Quantas vezes os promotores e autores de determinada corrente de acontecimentos, lhes perde a dado passo o controle, lhes sofre em termos de prestígio e de poder duros reveses?

Muitos são na verdade os factores que podem influenciar as decorrências sócio-políticas programadas para liderar períodos históricos demarcados.

Mas não nos devemos desconcertar, nem nos deixarmos abater pelo desânimo, e só por isso, abdicarmos das convicções democráticas autênticas que consumiram tempo e longa vivência a amadurecer, muitas vezes alimentadas apenas por ideias, tidos no «ancien régime», como proibitivos, posto que hermético a qualquer outra alternativa que não pertencesse no seu monocórdico figurino.

A democracia no final de contas é dinâmica e pluralista, o que subentende a existência de correntes ideológicas divergentes, que consubstanciavam afinal os seus reais sustentáculos.

Apela naturalmente para a responsabilidade dos cidadãos, tanto maior quanta a liberdade instituída e concedida.

Não tenhamos dúvidas de que a responsabilidade sempre suscitou temor nos homens que durante prolongada tutela e serviço se amoldaram ao jugo dos potentados e dos caciques.

Para ilustrar o facto basta recordar que nos Estados Unidos quando foi abolida a escravatura, alguns escravos, a quem lhes fora concedida a carta de alforria, requereram, por absurdo que pareça, a recondução do vexatório

regime que os reduzia a meros animais de carga.

Não será de admirar, portanto, que frente à aparente anomia em que julgamos ter mergulhado, muita gente se interrogue sobre os benefícios da viragem democrática.

Será necessário algum esforço para reconhecer que a democracia em que vivemos não é estática, que exige prática e aprendizagem, não só a nível de cidadão comum como ao âmbito social e colectivo dos partidos e das suas próprias cúpulas.

Convirá frisar também que, depois de séculos de monarquia, de nipotenciária e absolutista e de dezenas de anos de ditadura é admissível que a adaptação não será fácil nem repentina.

Mas, não haverá outra fórmula de aprender a democracia, ou por outras palavras, a ser-se livre e responsável, se não viver-se em democracia.

Quer se queira, quer não, a experiência é básica e indispensável. No caso presente em que nos

debatermos, ainda em equilíbrio instável, isso poderá significar que estamos a atravessar a fase penosa de ajustamentos e de «escolaridade».

Se no exame a que nos submetemos a nota for positiva a continuidade democrática será um facto.

Temos porém de admitir, o transe é difícil.

Há muitas forças, inclusive muitos «aprendizes de feiticeiro» e muitos «franco atiradores» empenhados em denegrir e a desacreditar, à sombra da tolerância que é apanágio vigorante, a sua verdadeira imagem, não de todo consolidada.

Será pertinente interrogar no momento: — Quem lucrará com a cizania política em vigente efervescência?

A resposta é óbvia e apela pelo discernimento e moderação dos mais responsáveis: serão naturalmente os seus inimigos políticos tradicionais, os saudosistas de retrógrados sistemas.

J. C. VIEGAS

APOSIÇÃO DE SELOS NA CORRESPONDÊNCIA

Dos Serviços de Informação e Comunicação dos Correios recebemos uma carta esclarecendo o caso de os selos de franquia postal exigida ultrapassarem o espaço para eles reservado nos sobrescritos, tal como convencionam as normas vigentes, estipuladas para a correspondência.

A carta dos CTT resultou de um reparo feito neste jornal na devida oportunidade.

Aqui se transcreve o seu texto:

«Da local inserta no vosso jornal, em 19/10/78, ressalta a vossa preocupação perante a aposição de selos, no espaço a eles reservado e estabelecido como condição de utilização perfeita do Código Postal cujo não cumprimento poderá implicar em penalização ao trânsito das correspondências.

Na realidade, os nossos serviços já foram convenientemente esclarecidos de que não é de aplicar qualquer sanção pelo não cumprimento dessa norma, oportunamente aconselhada, tanto mais que as emissões de selos existentes, sendo tão diversificadas em tamanhos conduzem a uma certa dificuldade em respeitar os limites de colocação estabelecidos.

De qualquer modo, também já se encontram em curso medidas para retirar da circulação algumas taxas que estão contribuindo para tais dificuldades, esperando-se assim que os problemas identificados se reduzam a uma dimensão pouco significativa.

Naturalmente que continuaremos atentos pois, o nosso propósito é, sem dúvida, melhorar o serviço e não criar dificuldades».

Recolha de fundos para o Instituto de Reumatologia

A fim de angariar meios para prosseguir a sua acção, cada vez mais solicitada, vai a Direcção do Instituto de Reumatologia, promover nos próximos dias 4, 5 e 6 de Maio uma campanha pública de recolha de fundos.

Da Direcção daquele prestimoso organismo recebemos a seguinte carta que se reporta ao assunto:

«Em harmonia com a autorização concedida por Sua Ex.^a o Ministro da Administração Interna, vai a Direcção deste Instituto levar a efeito nos dias 4, 5 e 6 do próximo mês de Maio a Recolha de Fundos nessa localidade e outras do país, cujas receitas se destinam a tornar cada vez mais eficiente o tratamento dos doentes atacados de reumatismo e cuja afluência a este Instituto é cada vez maior, e ainda para acorrer às despesas com a adaptação da antiga Maternidade Ben-Saude a novas instalações deste Instituto».

A CONTABILIDADE É NECESSÁRIA

TÉCNICO DE CONTAS COM 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA E IDÓNEO PARA ORGANIZAR E DIRIGIR NÃO APENAS PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE, MAS TAMBÉM ASSUNTOS FISCAIS E ESTATÍSTICOS. DISPÕE DE ALGUM TEMPO LIVRE.

RESPOSTA A ESTE JORNAL AO N.º 41.

NOTÍCIAS DO CICLISMO

Secção de JOSÉ MANUEL MENDES

LUÍS VARGUES (Campinense): um valor que desponta

Domingo, dia 11 de Março, foi dia de corridas em Loulé. Por iniciativa do Juventude Sport Campinense, a Pista Bexiga Pires tornou a animar-se com o colorido dos corredores e das bicicletas, mais o público amante da modalidade, que parece reencontrar a vibração de anos passados, quando as pedaladas eram outras, e o entusiasmo atingiu o auge.

Como equipa atracção, esteve presente a nível formação norte-nordeste do Zala-Fundador, onde alinha o categorizado e sempre recauchutado Fernando Mendes.

Festival completo, com a realização de diversas provas para todas as categorias, o que nos apraz salientar, pois revela a preocupação por parte dos organizadores, de desenvolver um trabalho de base, e concorrer para a movimentação das camadas mais jovens de há que fazer habituar o público a que ciclismo não é só seniores A, e que os futuros craques terão que ser amparados e acarinhados, desde logo, pois serão eles os grandes atletas do amanhã.

E foi isso, precisamente, o que se assistiu. Um Festival que francamente, me agradou muito, pessoalmente e que estou certo disso, agradou a todo o público, bastante, que esteve presente, e deu o dinheiro por bem empregado.

Logo para começar, disputou-se uma prova por eliminação para Seniores A e B, que teve em Fernando Mendes, Zala-Fundador, o vencedor, em despiques directos com o sempre animoso Manuel Correia, do Campinense. Aliás, temos vindo a notar a insistência com que este ciclista, recém-promovido ao escalão superior, aparece nos lugares cimeiros, disputando palma a palma, e com um arreganho peculiar, as primeiras provas em que participa. Trata-se ainda de um jovem, de quem gostaríamos de ver confirmadas estas palavras, ao longo da época.

Seguidamente, entraram em cena os Aspirantes, para disputar 10 voltas em linha, tendo saído vencedor o jovem promissor do Louletano, Leonel Tomás. De resto, este ciclista bem cedo arrancou dos demais, numa pedalada irresistível, e andou sozinho na frente, até que foi apanhado por um seu colega de equipa, mas acabando por vencer. Apenas um senão, ensombrou esta vitória do moço louletano. É que ele correu com andamentos anti-regulamentares para a categoria, o que dava a sensação ao público espectador, de que os seus adversários andavam a patinar. Ora isto não está correcto, porque engana o público, engana o próprio ciclista pois dá-lhe uma sensação de força que não é a verdadeira, e acaba por ser injusto relativamente aos adversários. Mas enfim, aquilo tratava-se pouco mais que uma brincadeira, a Associação condescendeu mas já avisou os clubes de que em provas associativas o regulamento é para se cumprir, e existem andamentos próprios para a categoria de Aspirantes, que não são, nem de perto, nem de longe, os utilizados pelos Seniores A.

A prova seguinte, tratou-se de um Critério para Júniores e Seniores que foi ganha por José Mendes, do Campinense, por ter somado mais pontos nos diversos lançamentos. Aliás, refira-se que este jovem do Campinense, também vem demonstrando valor, nomeadamente pela sua regularidade. Um ciclista a rever, portanto.

A evocação do passado, também esteve presente, colocando os veteranos Perna Coelho (Boavista de Portimão) e Aníbal Correia (Campinense), frente a frente, num contra-relógio de 5 voltas em perseguição individual.

Um bocadinho pesado, o primeiro, o mesmo estilo maneirinho, o segundo, a prova teve o seu interesse. Logo de entrada, Perna Coelho, enquanto lhe durou o fôlego, conquistou avanço significativo, mas Aníbal Correia, reagindo, conseguiu reconquistar algum terreno, e manter a distância que o separava de Perna Coelho, que ganhou, mas visivelmente, com os bofes pela boca, como soi dizer-se. Enfim, o tempo não perdoa, e é verdade...

Finalmente, a prova principal, as 100 voltas em linha, para Seniores A e B, naturalmente aguardada com grande expectativa pelo público ansioso por ver o comportamento dos ciclistas locais, nomeadamente o Campinense, frente aos Zalas de Fernando Mendes.

Podemos dizer que a corrida foi espectacular, de princípio a fim, e que Fernando Mendes, e seus pares, portaram-se como autênticos artistas do ciclismo, não regateando o espectáculo oferecido ao público delirante.

A equipa do Campinense, reforçada este ano com Carlos Raimundo e António Brás, houve-se bastante a contento, destacando-se nela o seu mais jovem componente: Luís Vargues.

Luís Vargues foi um espectáculo dentro do espectáculo. Primeiro, pelo estilo de verdadeiro ciclista que ostenta, quer na colocação, quer na marcação, quer no ritmo, uma presença, em suma! Depois, porque teve artes de conquistar uma volta de avanço juntamente com Raul Carvalho do Zala, em relação ao pelotão. Continuando, por saber reagir extraordinariamente aos azares sucessivos de que foi vítima, pois furou consecutivamente por duas vezes, mas sabendo retomar o ritmo certo, na volta certa, e acabando por disputar e ganhar ao sprint na centésima volta, fazendo explodir em delírio a multidão, toda enfiada e em pé, vibrando, aplaudindo e torcendo pela vitória do jovem louletano, que se veio a concretizar.

Espectáculo magnífico, pois, este Festival de 11 de Março. Está de parabéns o Campinense pela sua feliz iniciativa. Estão de parabéns o Zala, o Almôdovar, o Aljurense, o Louletano, o Boavista e o próprio Campinense, pela brilhante animação desportiva que os seus atletas souberam emprestar à prova. Está de parabéns o público do ciclismo, que está voltando a readquirir o interesse perdido, que se mostra de novo entusiasmado por esta espectacular modalidade, que tantos adeptos continua a contar em Loulé e no Algarve em geral.

Empregada doméstica

Precisa-se, senhora para trabalhar em casa particular (em Vale d'Éguas), com direito a alimentação e alojamento. Resposta a este jornal ou ao próprio: Manuel Filipe Viegas — Telef. 94115 — Almansil.

(2-1)

AGREDIDO E PILHADO E MUITA SORTE TEVE EM ESCAPAR COM VIDA

Seriam aí por volta das 21 e 30 horas do transacto dia 13, quando nas proximidades da sua residência, localizada no sítio da Fazendinha, José Pedro de Jesus, de 59 anos de idade, viúvo, oleiro de profissão, que era portador de avultada maquia, foi abordado por um indivíduo de máscara no rosto que, munido de uma macesta, lhe vibrou repetidos e violentos golpes na cabeça.

Depois de prostrado o agressor sacou da sua vítima uma carteira que continha 82.500\$00, pondo-se de seguida em fuga.

O José Pedro, a sangrar abundantemente dos ferimentos produzidos na cabeça, recebeu tratamento ambulatorio no Hospital de Loulé, donde saiu depois sem outras consequências de maior.

Será caso, contudo, para se felicitar. É que as pancadas dadas pela macesta podiam-lhe ter custado a vida, e essa, ao fim e ao cabo, saiu ileso.

CANTINHO DA CRIANÇA

SECÇÃO DE E PARA A CRIANÇA

O «CANTINHO» É TEU

mas as saudações são bem recebidas

Inesperadamente e sem que qualquer gesto interesseiro fosse esboçado nesse sentido por nossa parte, recebemos uma série de cartas contendo outros tantos agradecimentos teus, endereçados ao Director deste jornal.

Evidentemente, os teus acenos de gratidão são-nos apazíveis, mas se o «Cantinho» que te é inteiramente destinado foi aberto

por um imperativo de justiça e de afectividade, nada nos deves e nada tens de agradecer.

Contudo (devemos confessar) congratulamo-nos com a gratidão demonstrada — hoje em dia tão rara — e por isso, o Director deste jornal incumbiu-me de te transmitir, em retribuição da tua cortezia, o «seu OBRIGADO»!

J. C. Viegas

Ex.mo Senhor Director:

Não o conheço, nem o senhor me conhece, por isso, esta carta vai em nome de todas as crianças do mundo.

Claro, que nem todas as crianças do mundo, sabem que o senhor colocou no seu jornal, um cantinho que lhes é dedicado. Mas tenho a certeza que se souberem ficariam bastante agradecidas.

Vamos tentar fazer com que os adultos ensinam as crianças, convenientemente? Claro! Mas isso tem de ser rápido!

Despeço-me em nome de todas as crianças do mundo:

José Duarte dos Santos Rodrigues — 11 anos — Escola Preparatória de Faro

Ex.mo e prezado sr. Director:

Estou-lhe muitíssimo grato por ter reservado um «cantinho» para a criança. Foi um grande gesto. Todas as crianças, são como uma flor num canteiro, e, para isso exige, um tratamento todos os dias ou todas as semanas, para que nada lhe falte.

Ela (a flor) gosta que vejam as suas pétalas. Na criança as pétalas são coisas que a imaginção lhe deu, e ela fica orgulhosa por ver as suas coisas publicadas. É por isso que é um grande gesto.

Eu agradeço muito, mas muito por ter reservado um canto do seu jornal.

António Manuel Bernardo Lopes — 11 anos — Escola Preparatória de Faro

Senhor Director:

Agradeço muito, por mim, a gentileza do senhor director nos ter dado um cantinho no seu jornal.

É uma coisa que estimamos muito.

Nós mandaremos sempre textos para o seu jornal.

Nós adoramos o «Cantinho da criança», porque nele, nós vemos sempre textos da nossa autoria.

O sr. foi muito gentil.

Agradeço em nome de todos nós.

José Manuel Santos Ventura 11 anos — Escola Preparatória de Faro.

Ao Ex.mo sr. José Maria Piedade Barros.

Agradeço ao senhor Director do jornal «A Voz de Loulé» o ter dispensado um bocadinho do seu jornal para a criança.

Agora com o cantinho acho que nós, as crianças, nos sentimos mais felizes por termos o nosso nome na «Voz de Loulé».

Muitos cumprimentos, sr. Director. Pode contar com mais uma amiga.

Maria Manuela Marques Frederico — 12 anos — Escola Preparatória D. Afonso III — Faro

Sr. Director:

Em nome de toda a escola, nós agradecemos que nos tenha concedido um «cantinho» para nós.

Gostámos que nos tivesse dado a oportunidade de publicar os nossos trabalhos.

Toda a criança gosta de ter trabalhos publicados e, assim, ela descobre as suas capacidades, ficando alegre.

Esse pedaço de página, talvez ajude a criança a conhecer melhor o seu mundo e conviver com ele.

Toda a nossa turma vai mandar, ao longo do ano de 1979, poemas, outros textos, anedotas, etc.

Trabalharemos, portanto, para o «cantinho da criança».

Despedimo-nos com o maior

interesse e reserve-nos sempre este «cantinho»!

Júlio Manuel Sousa da Asunção — 11 anos — Escola Preparatória de Faro

Sr. Director:

De certa forma nós pensamos que iríamos ter muita colaboração da parte dos órgãos de informação, mas nunca pensamos que iríamos ter o nosso «Cantinho» de expressão onde podemos apresentar a nossa forma de encarar o mundo. Por isso nós (as crianças) agradecemos-lhe muito por ter dado esse tal «Cantinho» que, para nós, vai ter tão grande importância.

Esta carta é pequenina, mas profundo agradecimento que nem mais de mil cartas iriam dar para exprimir o nosso agradecimento. Despedimo-nos do senhor Director com grande alegria no nosso coração. Muito obrigado e desejamos-lhe muitos sorrisos em todos os dias da sua vida. Adeus.

Luís Filipe dos Santos Teixeira — 11 anos — Escola Preparatória de Faro

Quarteira progride

● RESTAURANTE DOM JOSÉ

A Avenida Marginal de Quarteira continua a ser valorizada com a abertura de novos e modernos estabelecimentos.

Agora, por exemplo, podemos assinalar a abertura do Restaurante Grill — Dom José, cuja localização (frente ao mar) — excelente aspecto decorativo — selecto ambiente e bom serviço de mesa, justifica uma referência especial e uma visita em particular.

● RESTAURANTE «A CHARRUA»

Mais para nascente e localizada na única zona que, finalmente, parece estar destinada a desafogo junto à Praia e com amplo espaço livre para parque de estacionamento e jardins (será), também abriu há pouco o Restaurante «A Charrua», com ampla sala de jantar frente ao mar e salão de café anexo.

Dirigido pelos profissionais experimentados srs. Arnaldo Mar-

tins Correia e Fernando Gomes da Silva, o novo restaurante «A Charrua» tem um ambiente convidativo e oferece boas perspectivas para a época balnear que se aproxima.

● CHARLOT

É o simpático nome do novo bar que há pouco abriu em Quarteira, que proporciona um acolhedor ambiente aos seus clientes e do que é proprietário-gerente, o nosso prezado amigo e assinante sr. M. Martins da Silva, que desta forma deu um contributo para valorização de uma terra que dia a dia dá largos passos na vanguarda de um visível progresso.

Localizado junto da casa de gelados Capri (próximo da bomba da Sacor), o novo estabelecimento está apto a servir aquele tipo de clientela que sabe escolher Quarteira para as suas férias.

Os nossos parabéns aos proprietários dos novos estabelecimentos, acompanhados de desejos de prosperidades comerciais.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-105, de fls. 115, v.º a 117, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Manuel Vairinhos Pinheiro e mulher, Florinda Viegas da Costa, residentes no sítio de Escanxinas, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Misto, constituído por uma morada de casas térreas, com vários compartimentos para habitação, forno e pocilga, e por terra de areia e semear, com árvores, no sítio de Escanxinas, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, confrontando do norte com herdeiros de Francisco de Sousa Entrudo, do nascente com Manuel de Sousa Vairinhos, do sul com caminho e do poente com Manuel Serafim, omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho e inscrito na respectiva matriz predial, e parte urbana sob o artigo número mil seiscentos e um, com o valor matricial de quatro mil duzentos e quarenta escudos, e a rústica sob o artigo número mil quatrocentos e oitenta e cinco, com o valor matricial de mil e seiscentos escudos, no valor global de cinco mil oitocentos e quarenta escudos, e a que atribuem o de dezasseis mil escudos;

Que ele justificante varão é titular da inscrição matricial referente à parte urbana e que a referente à parte rústica ainda se encontra inscrita em nome de Gertrudes do Carmo, de quem eles justificantes também a adquiriram; — com efeito,

O prédio supra descrito pertence-lhes, por lhes ter sido doado, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e quarenta e seis, pela avó do varão, a referida Gertrudes do Carmo, viúva, e que foi residente no aludido sítio de Escanxinas, sem qualquer reserva ou encargo e por forças da sua quota disponível, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; — sendo também certo,

Que na data da referida doação já eles justificantes se encontravam casados um com o outro; e

Que desde aquela data, portanto há mais de trinta anos, sempre eles justificantes têm

vindo a possuir o prédio supra descrito, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por usucapião.

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidades de comprovar o seu direito de propriedade perfeita, sobre o aludido prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 20 de Março de 1979.

O 2.º Ajudante, Fernanda Fontes Santana

ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DO CONCELHO DE LOULÉ

ESTATUTO DO COMERCIANTE

Sendo do conhecimento desta Associação que a Direcção Geral de Fiscalização Económica (a quem incumbe a fiscalização do cumprimento das normas previstas no Decreto-Lei n.º 274/78) já deu início à sua actuação neste âmbito, aconselhamos a todos os nossos associados a estarem na posse de um dos seguintes documentos:

1. Certificado de Comerciante, emitido pela extinta Corporação do Comércio, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 48.261, de 23 de Fevereiro de 1968.

2. Duplicado do requerimento oportunamente entregue e autenticado pelo ex-Grémio, no qual solicitava a emissão do respectivo certificado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 48.261 ou fotocópia deste documento, agora legalizado por esta Associação.

3. Certificado do Comerciante, emitido pela Direcção-Geral de Coordenação Comercial, ao abrigo, quer do Decreto-Lei n.º 22/78, de 25 de Janeiro, quer do Decreto-Lei n.º 247/78, de 22 de Agosto.

4. Declaração passada por esta Associação, comprovativa de que o comerciante indicado já tratou ou está a tratar, por intermédio dos nossos serviços, do processo necessário à emissão do Certificado do Comerciante, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 247/78.

Pela Comissão, J. A. MATOS

(3-2)

Fábrica de Confeitaria e Pastelaria

Lusitânia do Sul, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 107 a 108, do livro n.º C-105, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, o capital da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua Afonso de Albuquerque, n.º 105, desta vila e freguesia de S. Clemente, que gira sob a denominação de «Fábrica de Confeitaria e Pastelaria Lusitânia do Sul, Lda.», foi aumentado de 1 000 000\$00 para 3 000 000\$00, tendo o aumento no montante de

2 000 000\$00, sido subscrito pelo sócio Silvestre Rodrigues Gomes, o qual unificou esta sua nova quota com a primitiva, tendo, em consequência, pela mesma escritura, sido alterado o art.º 3.º do pacto social, que passou a ter a seguinte redacção:

3.º — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de 3 000 000\$00, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

uma de 2 950 000\$00, pertencente ao sócio Silvestre Rodrigues Gomes;

e outra de 50 000\$00, pertencente ao sócio Custódio Rodrigues Gomes.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 16 de Março de 1979.

O 2.º Ajudante, Fernanda Fontes Santana

A CRISE DO SISTEMA

(continuação da pág. 1)

e a mesma coisa. É em momentos como este, que o Presidente da República devia ter a coragem de pôr o dedo na ferida dos desestabilizadores, tal como o Prof. Mota Pinto o fez em data oportuna. O perigo da democracia é precisamente ela assentar num vazio constitucional que em vez de aperfeiçoar as instituições políticas favorece o enigma e a obscuridade de um sistema sem princípios indicativos da vontade de um povo. É preciso distinguir as forças que pretendem derrubar este Governo, das que se dignaram colaborar com ele com vista à recuperação nacional. Ou será que procuramos a salvação sem exigirmos respostas firmes do sr. Presidente da República? A história que vivemos não permite desvios ou ambiguidades. Chamemos o nome às coisas. O sistema em que estamos inseridos não é sistema nenhum por culpa do Parlamento e a Constituição não é mais que o retrato de uma época de desvarios e de inquietações. A realidade é amarga e difícil. Seria mais cómodo voltar as costas ao tempo que passa e esquecermos que vivemos numa indefinição política.

2 — OS PARTIDOS

IPOLÍTICOS

O conceito de democratização passa necessariamente pelo diálogo e o entendimento entre os partidos. Contudo, esse diálogo tem sido impossível. São eles os grandes responsáveis pela crise do sistema. Porque não governaram. Porque não deixaram governar. Porque nos enganaram como enganadores são os seus programas. Porque não respeitaram a Liberdade. Ora levantam a voz ora se agacham consoante os seus interesses partidários. Portugal

não pode ressurgir de divisões, demagogias e mediocridades. É a Nação que está em causa. Que cada partido assuma as suas responsabilidades. Que estabeleçam entre si propostas concretas de actuação. Que aprofundem os seus conhecimentos. Só com uma concordância unânime entre os partidos democráticos se pode impedir o regresso à ditadura. A própria característica dominante nos regimes totalitários é o seu fortalecimento através das contradições e desigualdades sociais. Portugal precisa de uma orientação. O Prof. Mota Pinto, personalidade independente, tem sabido especificar as linhas de conduta que interessam para salvar o País da bancarrota. É extremamente grave que os partidos apenas se preocupem com a sua clientela política. A grande maioria do Povo vai perdendo a confiança nos políticos. Que venham a público confessar as suas culpas. Que sejam homens!

3 — MOTA PINTO

É PORTUGUÊS

O Primeiro Ministro tem tomado em consideração factores de natureza diversa que contribuíram para a degradação do sistema. Ao afirmar que o Povo apoiou uma Revolução reformista e não uma Revolução marxista, o Prof. Mota Pinto demarcou-se daqueles que estão enfeudados a doutrinas estrangeiras. Cada País tem os seus próprios costumes e tradições. Não se alteram formas sem remover o espírito. Ora o espírito dos marxistas é um espírito velho que tem contribuído para a falência moral dos cidadãos. Cada época tem os seus homens.

Marx já não pertence a esta geração.

O Primeiro Ministro, pela sua acção e esforços na defesa dos Direitos Humanos, tem a consciência política que é impossível governar bem com a partidária apostando no internamento do País, as hospitais com tão pouca higiene e onde escasseiam os medicamentos necessários.

Sejamos justos e honestos. A oportunidade de alcançarmos a nossa grandeza como Povo só é possível com Amor, trabalho, Paz e Sabedoria. Foi graças a isso que outras nações recuperaram das suas crises, tão agudas como a nossa.

Resumindo: vamos cultivar as terras, engrandecer as fábricas, criar postos de trabalho, erguer cidades, criar escolas, hospitais, descentralizar os serviços, depois sim, falemos na melhoria dos ordenados e no nosso bem-estar social. Bem precisamos!

LUÍS PEREIRA

INATEL ACEITA A INSCRIÇÃO DE GRUPOS DE TEATRO, MÚSICA E FOLCLORE

Ponderando a existência de grupos de trabalhadores que, nos seus tempos livres praticam Teatro, Música e Folclore, o INATEL resolveu abrir inscrições a eles extensivas, quer pertençam a qualquer agremiação, quer sejam chamados independentes.

Em aditamento a esta iniciativa o INATEL fornecerá a todos os interessados que assim o solicitarem os competentes esclarecimentos, os quais serão transmitidos pelo seu Conselho de Delegação, em Faro.

INTERCÁMBIO CULTURAL ENTRE OS CENTROS DO INATEL

No prosseguimento do intercâmbio cultural, fomentado pelo

INATEL, o qual teve início no dia 17 e que se estenderá até 14 e 28 de Abril, haverá representações teatrais nas Casas do Povo de Querença e Martinlongo, à semelhança das encenações levadas a cabo nas Casas do Povo de Alcantarilha e Moncarapacho.

Conjuntamente a estes espetáculos, iniciaram-se também as actividades integradas no «Ano Internacional da Criança, as quais contam com a colaboração do Grupo de Teatro da Casa do Povo da Conceição de Faro.

As peças representadas são as seguintes «Compadre Manduca e Comadre Trabuca» (infantil), «O Gato das Botas e o Rei da Banana» (infantil), «A estátua» e a obra de fundo «Soldado raso».

Actividade de animação do Racial Clube de Silves

O Racial Clube de Silves elaborou um volumoso calendário de acontecimentos das suas diversas secções que se alastrarão por todo o decorrente ano de 1979.

Uma vez mais esta agremiação afirma a sua vitalidade, precisamente, um ano antes de transcorrida a primeira década da sua existência.

Para o próximo mês de Abril os eventos previstos são os seguintes:

1 a 30 — Salão Internacional de Fotografia do Algarve — divulgação; 4 — Judo — Treinos — 18 h-21,30, na sede dos Bom-

beiros — Silves; 6 — Judo Treinos — 18 h-21,30, na sede dos Bombeiros — Silves; 6 — Cine-Clube — 21,30 h — Casa Velha — Silves; 7 — Cine-Clube — 21,30 h. — Casa Velha — Silves; 7 — Às 16 horas — Andebol — Juvenis; 11 — Judo — Treinos — 18 h-21,30, na sede dos Bombeiros — Silves; 13 — Judo — Treinos — 18 h-21,30, na sede dos Bombeiros — Silves; 14 — Às 16 horas — Andebol — Juvenis; 18 — Judo — Treinos — 18 h-21,30, na sede dos Bombeiros — Silves; 18 — Cinema, 21,30 h. — Cine-Teatro Silvense; 19 — Mini-Basquete — Escola

Secundária de Silves; 20 — Judo — Treinos — 18 h-21,30, na sede dos Bombeiros — Silves; 21 — Mini-Basquete — Escola Secundária de Silves; 21 — Xadrez — Torneio de Partidas Rápidas do Algarve; 24 — Mini-Basquete — Escola Secundária de Silves; 26 — Judo — Treinos — 18 h-21,30, na sede dos Bombeiros — Silves; 26 — Mini-Basquete — Escola Secundária de Silves; 27 — Judo — Treinos — 18 h-21,30, na sede dos Bombeiros — Silves; 28 — Judo — Campeonato Regional de Esperanças (pesos); 28 — Mini-Basquete — Escola Secundária de Silves.

FOLHETIM «AS MOURAS ENCANTADAS E OS ENCANTAMENTOS DO ALGARVE» Pelo Dr. Ataíde Oliveira

LENDA EM VERSO DA MOURA CASSIMA

VI

Publicando a lenda em verso da moura Cassima, devida ao poeta ilustre, o sr. J. P. de Sousa Macário, tenho apenas por intuito mostrar a deficiência desta, certamente atribuível à falta de informações.

É fácil demonstrar que a lenda em verso está manca, e, em alguns pontos, em desarmonia com a urdidura de uma lenda.

Um dos pontos que se me oferecem de difícil digestão é aquele em que o governador do castelo de Loulé pede ao carpinteiro que lhe vá desencantar as filhas, mandando-o de África à Europa a pé com um par de alforjes às costas. Isto não é possível, e jamais quando o governador era um sábio em magia.

A lenda por mim publicada e que foi rigorosamente apurada, depois de ter ouvido pessoas autorizadas neste ponto, é mais conforme com esta qualidade de assuntos.

Realmente parece um pouco disparatada esta incumbência do governador, sem ao menos providenciar acerca dos meios de transporte do pobre carpinteiro.

Igualmente me parece pouco provável que o carpinteiro, em seguida ao desencantamento das mouras Zara e Lídia, as levasse para sua própria casa. Nem as mouras se sujeitariam de bom grado a aceitar aquela oferta, nem o carpinteiro ousaria fazer-lhes esse convite. Nem as mouras, porque não poderiam com bons olhos ver a infame, que de um golpe cortara a sua irmã uma perna, forçando-a a viver eternamente encantada numa fonte; e nem o carpinteiro ousaria levar para sua casa duas jovens mouras, gentis e formosas, sabendo que tinha uma esposa extremamente desconfiada e ciosa.

A lenda em verso supõe dois factos quase impossíveis: a ignorância do governador e a extrema confiança de uma mulher casada, em demasiado ciosa.

Quem acredita que a mulher do carpinteiro consentisse que o marido fosse a África, um país inimigo, simplesmente para acompanhar duas belas mouras?

Seria primeiramente necessário que ela se deixasse morrer,

quando quatro desmaios e as lágrimas dos filhos o não demovessem do intento.

Embora a lenda seja um conto puramente fantástico tem de obedecer na sua urdidura a uns certos princípios, que não podem ser postos de parte. E por isso, quando me resolvi a publicar a lenda da fonte Cassima, empreguei todos os esforços, humanamente possíveis, para lhe dar o seu carácter primitivo. Para obter esse resultado não só consultei as pessoas idosas dessa vila, mas do sítio onde a Fonte está situada, e neste trabalho muito me auxiliou o meu velho amigo, o ex.^{mo} sr. José Francisco Cassima, escrivão do juízo de direito e natural da Cassima, onde foi buscar o apelido.

Não quero com estas minhas observações tirar o merecimento à poesia, e apenas lamento que o ilustre poeta não tivesse conhecimento da verdadeira lenda, porque então teria mais valor o seu belo trabalho.

Segue-se a lenda em verso.

*
* *

Agora que seguimos para Faro
E de Loulé passamos não distante
Ao espírito é justo darmos tréguas
Tomando distracção mais deleitante.

Dos meus tempos da bela mocidade
Vou contar-te uma história ali passada
De uma formosa moura muito jovem
Que, em Loulé está em fonte transformada.

E esta que vou contar-te foi contada
Por gente de Loulé e mesmo a mim
E afirmam que ainda a moura ali existe
Ora presta atenção, a história é assim.

SOCIALIZAÇÃO

FENÓMENO NACIONAL E UNIVERSAL

As Sociedades estão a sofrer em todos os campos transformações profundas, consequência da evolução espontânea e das alterações de estruturas, provocadas pelo homem e suas concepções ideológicas.

Este complexo circunstancial originou o **Fenómeno da Socialização**, que influencia e é influenciado pelo homem, não conseguindo este até ao presente o domínio total da sua evolução.

O homem marcou e é marcado pelo fenómeno, envolvendo actualmente toda a Humanidade, pelo que se traduz, não num fenómeno localizado e estável mas, sim **Universal** e instável. Caracteriza-se por ser neutro, dependendo os seus valores da acção e vontade do homem. Se esta acção e vontade é dirigida no sentido construtivo dos valores humanos e sociais temos ou obtem o homem, as Sociedades, valores positivos, mas se a acção e vontade do homem for contrária, o **Fenómeno da Socialização** brinda, tanto o homem como as sociedades, com valores negativos ou sejam destrutivos, desumanos e anti-sociais, com todas as repercussões inerentes.

Por ser a **socialização** um facto real e ainda transcendente, merece especial atenção, reflexão, investigação, estudo, discussão e análise, pelos mais responsáveis a nível nacional, porquanto noutras Sociedades tem sido objecto cuidado de muita investigação e estudo, a fim de possibilitar a sua total compreensão, controlo e domínio.

Como é um assunto que diz respeito a todos nós, duma grandeza tal e duma importância tamanha em toda a nossa vida presente e futura, com consequências imprevisíveis, que até poderão evoluir no sentido do **Trágico Nacional** ou **Tragédia Universal**, penso que deverá interessar a todos em geral e, em particular àqueles que se sintam afectados pelos problemas políticos, económicos, financeiros e das relações humanas e sociais, com que se debate a nossa **Comunidade**, a fim de que algo de construtivo e positivo, se edifique e se promova, como forma de não submergirmos totalmente e sermos impotentes, para controlar o **Fenómeno da Socialização**, que se apresenta à **Escala Nacional** com valores negativos e tendências de evolução semelhantes, num cor-

tejo de repercussões desastrosas e alarmantes.

O **Fenómeno da Socialização** tanto pode condicionar o homem como promover a sua formação integral, uma vez que é determinado pela sua vontade, acção e ideias.

O processo técnico-científico, métodos de aplicação, como todos os conhecimentos adquiridos em todas as ciências, meios de comunicação social e cultural, tanto poderão beneficiar, como prejudicar a pessoa humana, dependendo do processo utilizado e dos fins a atingir.

Se as técnicas, métodos e todos os meios de promoção do homem não tiver em conta a sua **condição humana**, como ser depositário de valores e virtudes, que necessitam para o seu pleno desabrochar e promoção de **Compreensão**, o homem será encaminhado para a automação e alienação da sua classificação de **Pessoa**, que o impedirá de ser sensível, liberto, independente e social, consciencioso responsável, enfim, deformato-se-á a sua verdadeira personalidade e a sua socialização não corresponderá à sua autenticidade, tanto quanto possível e permitir as condições em que se promove pelo que o **Fenómeno da Socialização**, apresentará neste quadro, valores ne-

gativos e destrutivos, com as respectivas repercussões.

Se ao contrário, os meios disponíveis e facultados à promoção do homem em todos os campos da ciência e da técnica, se orientarem e determinarem pela sua vontade no reconhecimento e compreensão do homem como **Pessoa de Verdade**, que necessita e tem direito à promoção de acordo com as potencialidades e desejos que o movem, teremos um processo de evolução do **Fenómeno da Socialização**, de carácter, de valores construtivos, e positivos e de repercussões análogas. Neste quadro de evolução, teremos um processo de **Socialização Democrática**, que opera as transformações, tanto do homem como das estruturas que o servem, com o objectivo de formar seres conscientes, libertos, responsáveis, independentes mas sociáveis, satisfeitos e construtivos, devidamente inseridos no seio da **Comunidade**, sem que se sintam alienados ou subvertidos por uma falsa personalidade.

Em relação à **Sociedade portuguesa**, urge encarar a realidade, procurando determinar a evolução da **socialização** de acordo com a **Democracia** que desejamos.

Manuel B. Filipe Viegas

APONTAMENTO

Jornais-Jornalistas-Jornalismo

A Imprensa é muitas vezes acusada de empolar acontecimentos de lana-caprina, em detrimento de outros de verdadeiro interesse público.

Põe-se, aqui, uma questão de critérios, muito discutível, não só entre leitores, como na própria redacção dos jornais.

Na Inglaterra, por exemplo, alguns periódicos enveredaram pelo sistema de dar a todas as notícias o mesmo relevo, deixando aos leitores o cuidado de lhes atribuir a importância que entenderem. Isto, porque há notícias que interessam a uns e a outros não... mas, a verdade é que estamos em Portugal, país latino, de características especiais, e onde as pessoas se habituaram, nisto da Imprensa, a comer muito com os olhos, e até por uma questão de chamar a atenção dos leitores, não faltam jornais que encham as primeiras páginas apenas com títulos de caixa alta.

Há, felizmente, jornais para todos os gostos, numa prova evidente de liberdade de imprensa, que nem todos quantos trabalham em jornais sabem interpretar, na devida conta. Liberdade, que nalguns casos, com o seu radicalismo, não respeita pessoas nem instituições, esquecendo, praticamente, que a liberdade completa é antinatural. Pois a sociedade em que vivemos, não é matilha de cães, onde se assediavam uns aos outros. E quando assim acontece, aviltam-se os jornais e os jornalistas. Cai-se no extremismo degradante, quando não hilariante, que só serve para gáudio dos

que à falta de melhor, se procuram distrair com isso.

O jornalismo tem, por essa razão, as suas responsabilidades cívicas, não podendo nem devendo ser veículo de alienação e subversão, porque, para isso, existem os panfletos e outros meios de o fazer. Só espíritos mal for-

mados, poderão assim proceder, mas, infelizmente, temos visto jornais onde tudo isto acontece. Falta-lhes bom-senso. E uma lufada de bom-senso, nunca é demais em parte alguma, e muito especialmente, no jornalismo.

Machado Pinto

Comissão Representativa dos Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária de Loulé

Decorreu no dia 17 a anunciada reunião de pais e encarregados de educação dos alunos da Escola Secundária de Loulé, que foi sentida e vivida pelos presentes com elevado espírito de colaboração e compreensão pela forma como lhes foi facultado numa breve introdução, os esclarecimentos referentes à finalidade da reunião.

Os esclarecimentos, leitura e elaboração dos projectados estatutos da futura Associação de Pais e Encarregados de Educação, foram feitos pelo elemento da Comissão organizadora da reunião Dr. Eng.º António Pimenta de Andrade.

A esta reunião, a que se associaram todos os presentes, como expressão do ambiente vivo, resultou a constituição duma Comissão de Pais, representativa eventual, dos órgãos da futura

Associação, que em breve exercerão as suas funções.

A Comissão Directiva, que desde já tem a cargo as maiores responsabilidades, será o órgão representativo, que brevemente entra em função, é representada por:

Presidente, Manuel Bota Filipe Viegas; Vice-Presidente, Eng.º António Pimenta de Andrade; Secretário, Eng.º António Lopes Serra; Tesoureiro, Rosa Maria Silva Martins; Vogal, António João Galvão de Sousa Leal.

Esperam e desejam os elementos da referida Comissão, animados pelo espírito de boa vontade, que os levaram a provocar esta reunião e, a impulsionar a acção futura em colaboração com todos os pais, que se sintam afectados, pelos problemas que graçam na Escola Secundária de Loulé e, em todos os Estabelecimentos de Ensino e Educação Nacionais, que dizem respeito não só a professores e alunos como também e essencialmente aos pais dos mesmos.

Faz votos a Comissão representativa, para que o eco desta reunião, assim como do clima despertado e vivido, venha a contagiar e a propagar-se, envolvendo todos os pais conscientes como os menos conscientes dos alunos da Escola Secundária de Loulé, numa acção e colaboração, que constituirá e contribuirá, para levar a bom termo, uma das suas principais missões na vida.

Pela Comissão Representativa,

Manuel Bota Filipe Viegas

BREVEMENTE

ENTRARÁ EM LABORAÇÃO NOVA UNIDADE FABRIL EM S. BRÁS DE ALPORTEL

Dentro em breve, uma nova unidade industrial localizada nas proximidades de São Brás de Alportel dará o arranque inaugural com a laboração de uma secção de fabrico de telhas, criando nesta fase inicial cerca de 40 novos postos de trabalho.

O investimento orça os 80 mil contos e os empresários são dois portugueses vindos da Austrália e das ex-colónias.

A produção andarà na ordem das 30 mil telhas diárias.

A telha produzida permite cobrir o dobro da área usual e a sua configuração é idêntica à convencional (tipo lusa), sendo resistente aos chopos, manuseamento, ou tracção mecânica, podendo ser fabricada inclusivamente em qualquer côr.

FALECIMENTO

Faleceu há dias em casa de sua residência em Almansil, o sr. Manuel Caetano das Pedras, proprietário e comerciante, natural de Almansil — Poço, que contava 75 anos de idade.

O saudoso extinto era pai do sr. Sérgio Gonçalves Caetano, casado com a sr.ª D. Lucília Bota Caetano e era avô dos srs. Amarino Bota Gonçalves Caetano e do sr. Helder Manuel Bota Gonçalves Caetano, também residentes em Almansil.

A família enlutada endereçamos sentidas condolências.

Toponímia

afixada

nas ruas de Quarteira

Ao que nos foi dado saber, decorrem no momento os trabalhos de afixação de placas toponímicas nas ruas da progressiva Quarteira, conquanto naturalmente muitas das suas artérias já possuísem antes, por atribuição, os respectivos topónimos.

Com esta imperativa «rotulagem» das artérias, que há muito se impunha, igualmente serão colocados paralelamente, nas portas dos prédios, os correspondentes números de polícia.

Cabe-nos pois dar referência a esta medida assumida pela Junta de Freguesia e congratularmo-nos com a iniciativa, não obstante de há muito fazer-se rogada.

Presentemente, a falta de placas toponímicas implicava perturbações e confusões especialmente por parte de turistas e forasteiros que convergiam àquela estância de veraneio.

Por outro lado, a própria e irreversível expansão urbanística de Quarteira vinha obviamente agravar mais ainda a conjuntura.

Fica assim o problema colmatado, se não de todo pelo menos em parte, segundo cremos, indo ao encontro das legítimas aspirações dos seus habitantes.

«Semana da Música

da Primavera»

no Algarve

A Comissão Regional de Turismo do Algarve com a colaboração dos Serviços de Música da Fundação Calouste Gulbenkian, vai promover, de 16 a 22 de Abril a «Semana da Música da Primavera». Trata-se de um conjunto de realizações artísticas com o seguinte programa:

Dia 16 de Abril (2.ª-feira) — Em Lagos (Igreja de Santa Maria) — actuação do conjunto «Musicâmara»;

Dia 17 (3.ª-feira) — Em Faro (Teatro Lethes) — recital pela pianista Maria José Morais;

Dia 18 (4.ª-feira) — Em Tavira (Igrejas do Carmo) — concerto pelo «Conjunto Barroco do Estoril»;

Dia 21 (Sábado) — Em Faro (Teatro Lethes) — concerto por Teresa Portugal, em violoncelo e Jorge Moyano, em piano;

Dia 22 (Domingo) — Em Faro (Sé Catedral) — recital pelo organista Joaquim da Hora e canto por Helena Afonso.

CURSO DE GESTÃO

HOTELEIRA

promovido pela Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve

A Direcção da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve está a promover um ciclo de realizações designadamente, seminários e cursos relacionados com as mais modernas técnicas de gestão hoteleira.

De acordo com o delineado, os profissionais vinculados à hotelaria tiveram ocasião de frequentar um curso desse tipo.

Assim, de 19 a 23 transactos, teve lugar, a abrir este ciclo preparatório, o Curso de Food and Beverage Control, dirigido pelo professor da Universidade de Cornell, Mr. Jack Tency.

Esta iniciativa e outras congéneres que se seguirão obviaram o aperfeiçoamento da qualidade técnica dos trabalhadores da Indústria Hoteleira e Turismo.

Pensa por isso a Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve que este processo será o mais apropriado para o relançamento do nosso turismo de forma a atingir níveis de serviço mais eficientes.

Exposição Filatélica Internacional de Temática Turística no Algarve

De 9 a 15 de Junho próximo, por iniciativa da Secção de Coleccionismo do Clube União Portimonense, vai realizar-se a Exposição Filatélica Internacional de Temática Turística — a TURIPEX 79.

A realização contará com a colaboração da Associação Portuguesa de Maximaffilia, e terá lugar no Hotel Alvor Praia.

Ao certame podem concorrer filatelistas portugueses e estrangeiros, cujas colecções estejam relacionadas com o turismo.

Igualmente podem participar, jornalistas e escritores filatélicos, com livros de filatelia temática, estudos filatélicos publicados em revistas, catálogos ou jornais a partir de 1977 até 15 de Abril do corrente ano.